

JOAQUIM CUNHA GUIMARÃES CONSIDERA

Neopatrimonialismo potencia uma melhor prática contabilística



Joaquim Cunha Guimarães afirmou que não é um neopatrimonialista incondicional.

Portugal insere-se na corrente da contabilidade continental-europeia – referiu Joaquim Cunha Guimarães, durante a sua intervenção no Congresso Prolatino, que decorreu no Porto. Mas com a adoção das normas IASB (NIC/NIRF) para as empresas com valores cotados na Bolsa e a sua adaptação ao SNC para as micro e PME, há quem considere haver uma transferência da corrente continental-europeia para a corrente anglo-saxónica.

Conceito tem seguidores e críticos

Para este professor e autor de vários livros de contabilidade, o Congresso Prolatino é o principal espaço de debate da contabilidade nos países latinos. A ideia de trazer o Prolatino para Portugal surgiu de uma conversa entre Joaquim Cunha Guimarães e João Baptista Costa Carvalho, presidente do IPCA. O evento conta com o envolvimento da OTOC, sendo a terceiro realizado em Portugal. “Espero que se mantenha por muitos anos em homenagem ao grande mestre António Lopes

de Sá” – disse Joaquim Cunha Guimarães.

Joaquim Cunha Guimarães afirmou que não é um neopatrimonialista incondicional. Qualquer teoria tem que ser colocada permanentemente em causa. “Não se pode afirmar que o neopatrimonialismo é uma teoria geral, pois é seguido e estudado particularmente no Brasil, Espanha, Argentina e outros países da América-Latina, ou seja, não tem um carácter internacional” – referiu.

Na opinião deste professor de contabilidade, o neopatrimonialismo, tal como todas as outras teorias, tem e continuará a ter os seus seguidores, mas mais são ainda os seus críticos, até no Brasil. O Professor António Lopes de Sá tentou demonstrar através de um conjunto de relações lógicas sobre os fenómenos patrimoniais, que é possível a conceção de uma teoria geral do conhecimento contabilístico que designou neopatrimonialismo.

Joaquim Cunha Guimarães citou a perspectiva de António Lopes de Sá sobre o neopatrimonialismo: “Representa um avanço cultural valendo-se da ‘informação’ gerada pela escrita e pelas

demonstrações apenas como instrumentos técnicos de relevância relativa”.

Não se prende a normas mas sim a axiomas, teoremas, e hipóteses relativas a fenómenos e se alimenta da pesquisa ou indagação sobre a realidade objetiva patrimonial; isso porque o normativo em face da ciência deve ser consequência e não, antecedência em matéria intelectual.

Joaquim Cunha Guimarães citou a lei fundamental que fundamenta o equilíbrio patrimonial: Toda a alteração de valor, ocorrida em qualquer elemento do património provoca invariavelmente uma alteração igual noutra ou noutros elementos destinada a neutralizar o desequilíbrio produzido pela primeira.

Segundo Joaquim Cunha Guimarães, o principal objetivo destas teorias, incluindo a do neopatrimonialismo é contribuir para o pensamento contabilístico e potenciar uma melhor prática contabilística, ou, como diria António Lopes de Sá, de dignidade científica à contabilidade.

Lopes de Sá, tal como Rogério Fernandes Ferreira foram os dois investigadores que mais criticaram as NIC e o SNC.